

DISCURSOS E PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS POR MEIO DE PRÓTESES AUDITIVAS NAS POLÍTICAS DE GOVERNO DA ATUALIDADE

Discourses and processes of normalization of deaf subjects
through auditory prostheses in current governmental policies

Bianca Ribeiro Pontin
Adriana da Silva Thoma

RESUMO

Quais discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização do sujeito surdo? Para responder essa pergunta, assumimos a perspectiva de Michel Foucault sobre discurso e processos de normalização e analisamos um manual de perguntas e respostas sobre o implante coclear, além de três outros documentos do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Os excertos dos materiais foram agrupados a partir de recorrências, as quais nos permitiram construir as seguintes unidades temáticas, apresentadas como questionamentos:

ABSTRACT

Which discourses about deafness, the deaf and auditory prostheses are present in the current governmental policies, and how do such discourses produce processes of normalization of the deaf subject? In order to answer these questions, we have both adopted Michel Foucault's perspective of discourse and processes of normalization, and analyzed a question and answer handbook about cochlear implant, as well as other three documents by

1) *Cumprindo legalmente?* 2) *Liberdade de escolha?* e 3) *Possibilidades de sucesso para quem?* Na construção dessas unidades, buscamos mostrar que os discursos analisados constituem sujeitos novos, assim como contribuem para a condução e normalização dos sujeitos surdos na Contemporaneidade por meio de estratégias disciplinares e biopolíticas.

the Ministry of Education and the Ministry of Health. The excerpts from the materials have been grouped in accordance with their recurrences, which have enabled us to construct the following thematic units, here presented as questions: 1) *Complying with the law?* 2) *Freedom of choice?* and 3) *Whose possibilities of success?* By constructing such units, we have attempted to evidence that the analyzed discourses constitute new subjects, besides contributing to the conduction and normalization of deaf subjects in Contemporaneity by means of disciplinary and bio-political strategies.

PALAVRAS-CHAVE

Sujeito Surdo; Próteses Auditivas; Discurso; Normalização.

KEYWORDS

Deaf Subject; Auditory Prostheses; Discourse; Normalization.

Introdução

*Quais discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização do sujeito surdo?*²⁸

A temática das próteses auditivas, mais especificamente do Implante Coclear (IC)²⁹, no contexto educacional é bastante recente. Trata-se de um

²⁸ Pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida pela primeira autora do artigo sob a orientação da segunda. Essa pesquisa dá continuidade a outra, realizada no curso de especialização em Estudos Culturais na UFRGS, intitulada *Discursos sobre a surdez, os surdos e o implante coclear: análise do manual de informações para os pais de crianças surdas candidatas ao implante* (PONTIN, 2013). Essas pesquisas são desenvolvidas junto ao Grupo de Pesquisa SINAIS: Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Alteridades, Identidades e Subjetividades, que tem como objetivo realizar estudos e produzir pesquisas sobre políticas educacionais, experiências docentes e formação de professores, articuladas a temas como identidades, diferença e alteridade.

²⁹ Entre as próteses auditivas com maior investimento pelas políticas de governo da atualidade, está o Implante Coclear (IC), conhecido como ouvido biônico, que tem sido colocado pela área médica como uma tecnologia que pode “curar” a deficiência, fazer ouvir e incluir os surdos na sociedade ouvinte.

tema contemporâneo e amplo, partindo de inovações tecnológicas que têm cada vez mais alcance nesta era de *ciborguização* do humano³⁰, tema que abrange não apenas a medicina, mas também o espaço da escola.

Viver a condição da surdez pode ser uma escolha, mas é antes uma questão de constituição que ocorre pela produção discursiva. Para decidir como viver a condição da surdez, é preciso ter opções; porém, muitas crianças com diagnóstico de deficiência auditiva não podem escolher porque estão sob a custódia de seus pais, que escolhem por elas e fazem isso a partir de discursos que, em geral, valorizam a audição.

As inovações tecnológicas têm trazido benefícios para os surdos, como, por exemplo, internet, comunicação instantânea virtual, legendas na TV, etc. Nesse sentido, o IC, do ponto de vista médico e político, tem sido um investimento para os surdos; no entanto, para muitos defensores da língua de sinais e da cultura surda, o IC é visto como uma forma de genocídio³¹.

Considerando esse contexto, acreditamos ser importante conhecer os discursos veiculados em documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação com foco na inclusão, naquilo que propõe para efetivar a participação plena de todos por meio de tecnologias acessíveis, formações de professores, criação de políticas públicas, etc. Tais documentos, que chegam às escolas, aos professores e aos alunos para orientar sobre o uso das tecnologias, também colocam em funcionamento estratégias de normalização disciplinar e biopolítica dos sujeitos surdos na atualidade, uma vez que as identidades das crianças surdas que realizam a cirurgia do IC ou utilizam próteses auditivas são construídas por esses discursos, que buscam normalizar seus corpos e inseri-las no conjunto da população ouvinte.

Nesta pesquisa, situada no campo dos Estudos Surdos, em suas conexões com os Estudos Culturais e os Estudos Foucaultianos em educação, utilizamos como ferramenta teórico-metodológica a noção de discurso como prática, conforme Foucault, articulando-a com o conceito de normalização (disciplinar e biopolítica)³². Para as análises aqui propostas, são considerados os seguintes materiais:

³⁰ Segundo Elert (2008), o conceito de *ciborgue* não problematiza apenas o hibridismo de carne e metal, mas também as complexas questões fronteiriças sobre onde termina o humano e onde começa a tecnologia.

³¹ Extermínio do uso da Língua de Sinais como forma de eliminar a cultura surda. O termo *genocídio* foi relacionado por Gesser (2009, p. 71) ao comparar a resolução no Congresso de Milão de 1880 sobre a proibição do uso da Língua de Sinais pelos surdos com a atitude de Hitler em relação aos judeus.

³² Segundo Castro (2009, p. 60), “há que se entender por ‘biopolítica’ a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça [...] Essa nova forma do poder se ocupará, então: 1) Da proporção de nascimentos, de óbitos, das taxas de

MATERIAL	INFORMAÇÕES	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ABREVIÇÃO
Manual de perguntas e respostas sobre o sistema de implante coclear da empresa Cochlear	Elaborado em parceria com a empresa importadora Politec Saúde e distribuído aos pais pelo Hospital de Clínicas – Porto Alegre/RS	Cópia semelhante encontrada em: http://www.politec-saude.com.br/produtos/implante-coclear/224/	Manual IC
Documento Orientador do Projeto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva	Elaborado pelo MEC/SECADI/UFSCAR Ano: 2013	Fotocópia	DocOr
Nota técnica nº 28/2013, 21 de março de 2013 Assunto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva. SECADI/MEC	Distribuída para as Secretarias da Educação dos Estados e Municípios do país sobre a utilização do Sistema de FM		NT28
Relatório nº 58 da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS	Elaborado pelo Ministério da Saúde – Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – DGITS/SCTIE. Ano: 2013	www.adap.org.br/site/index.php/arquivos?download=6:sistema-de-fm	Rel MS

Nas primeiras leituras dos materiais, foram selecionados enunciados e sua recorrência identificados como “condutores” para as práticas de normalização. Selecionados os excertos, foi possível perceber que os discursos presentes nos documentos buscam produzir condutas para a inclusão escolar mediante aparatos e estratégias de cuidado aos sujeitos caracterizados como alunos

reprodução, da fecundidade da população. Em uma palavra, da demografia. 2) Das enfermidades endêmicas: da natureza, extensão, da duração, da intensidade das enfermidades reinantes na população; da higiene pública. 3) Da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado de trabalho. Também, então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. 4) Das relações com o meio geográfico, com o clima. O urbanismo e a ecologia”. Assim, no governmentamento biopolítico, o governo não age somente no indivíduo, mas sobre um “corpo com múltiplas cabeças” chamado população.

da educação especial. Por meio desses discursos, as tecnologias de poder disciplinar articuladas a tecnologias biopolíticas são colocadas em funcionamento a fim de promover a participação, aprendizagem, autonomia e competência dos alunos surdos.

No *Manual de perguntas e respostas* sobre o IC que é distribuído para as famílias de crianças candidatas ao IC nos hospitais, o fabricante oferece um guia de orientação para os professores trabalharem com os alunos implantados na escola, como podemos ver no excerto abaixo:

Quais os profissionais fazem parte da equipe de implante [...] ³³?

Para as crianças, um fonoaudiólogo, o professor e seus pais são importantes membros da Equipe.

O apoio aos clientes, oferecido pela [...] ³⁴ inclui:

Serviço de bibliografia/material educacional. Nossos funcionários poderão fornecer bibliografia e formação de apoio educacional a escolas, familiares e interessados.

Todas as crianças com implante coclear necessitam capacitação e reabilitação auditiva. Um amplo programa educacional e de reabilitação melhorarão o benefício da criança com implante [...]. O programa deverá estimular o interesse em escutar e falar e deverá integrar essas habilidades em todas as atividades diárias. Isto exige que terapeutas, professores e familiares trabalhem conjuntamente para incrementar as habilidades introduzidas durante a terapia. Com esse tipo de cooperação, a criança poderá ter um grande sucesso com o implante [...].

O programa terapêutico/escolar/educacional mais eficaz será aquele que focalize o desenvolvimento das habilidades auditivas do seu filho/a através do implante para a comunicação e o aprendizado verbal. (...) o programa educacional/escolar que você escolher deverá ter um membro da equipe de implante trabalhando nele e ajudando os professores e outros especialistas em reabilitação. (Manual IC, p. 26)

Perguntamos: como o professor poderá integrar-se como membro da equipe? Como e quais informações e/ou orientação o professor receberá, tanto por parte da equipe do IC quanto por parte das políticas educacionais para esses alunos? Nesse e em outros excertos, vemos que os discursos dão ênfase às vantagens de a criança com deficiência auditiva usar o IC para ter uma vida satisfatória e de sucesso, necessitando, para isso, do comprometimento dos médicos, terapeutas, pais e professores em trabalhar somente com habilidades auditivas.

Tais preocupações da empresa investem no corpo individual, agindo por um poder disciplinar na capacitação e reabilitação auditiva, mediante um programa terapêutico e educacional/escolar desenvolvido por uma equipe constituída de professores, terapeutas e familiares trabalhando em conjunto,

³³ Marca do produto.

³⁴ Empresa que vende o produto. Site: <www.cochlear.com>.

diariamente. Nesse programa, as crianças são colocadas sob vigilância e controle permanente, com o objetivo de que sua audição seja normalizada, corrigida. Não há uma abordagem sobre a língua de sinais, sendo essa língua banida do processo, nem há aprendizagem como foco. A escola, estando de acordo com a política de inclusão escolar para surdos, segue essa lógica de normalização.

As próteses auditivas, nessa perspectiva, são consideradas como recursos de acessibilidade, e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) os profissionais especializados podem ter diferentes formações para trabalhar com os alunos surdos, alguns com fluência em Libras³⁵, outros especialistas em tecnologia de informação e comunicação assistiva, além daqueles cuja formação está voltada para o cuidado das próteses auditivas, implante coclear, etc.

Em 2013, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Saúde, passou a distribuir para algumas escolas o Sistema de FM (Frequência Modulada)³⁶ como tecnologia assistiva complementar para alunos usuários de próteses auditivas.

O Kit Sistema FM Pessoal possibilita a acessibilidade da criança e/ou jovem com deficiência auditiva conforme instituído na Lei nº 5296 de 2/12/2004, no qual relata que para o deficiente auditivo, a tecnologia assistiva diz respeito às ajudas técnicas, ou seja, aos produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptada ou especialmente projetada para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Além disso, refere-se aos elementos que permitem compensar limitações funcionais sensoriais, com o objetivo de permitir a superação das barreiras comunicativas e de possibilitar sua plena inclusão social (Decreto Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999). (Rel MS, p. 4)

Discursos, processos de normalização e produção de identidades

As verdades são inventadas e colocadas em operação a cada dia e podem ser questionadas. Não há uma conclusão definitiva a se chegar pelas análises do material, mas sim capturas pelas quais reconhecer os discursos e

³⁵ O AEE propõe que a criança surda seja atendida no turno inverso ao da sala comum para o ensino de Libras, posteriormente para o ensino em Libras e, na sequência, para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua.

³⁶ O Sistema de FM consiste em um microfone ligado a um transmissor de frequência modulada portátil usado pelo professor, que capta sua voz e transmite diretamente ao receptor de FM conectado ao Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) e/ou IC do estudante, permitindo-lhe ouvir a fala do professor de forma mais clara, eliminando o efeito negativo do ruído e reverberação, típicos do ambiente escolar, e suprimindo a distância entre o sinal de fala do professor e a criança.

(re)pensá-los, pois é por meio deles que os sujeitos são subjetivados e têm suas condutas reguladas.

Pelos discursos em circulação nos materiais analisados, os pais, os familiares e professores são subjetivados a serem responsáveis pelo cuidado, manutenção e disciplina da criança surda, com isso atuando na produção de sujeitos surdos normalizados segundo padrões ouvintes. Em outras palavras, o discurso constitui subjetividades e estas conduzem as condutas e práticas que devem ser assumidas para que o resultado esperado seja alcançado.

Para fins didáticos e metodológicos, construímos unidades a partir das recorrências de enunciados nos materiais³⁷, o que nos possibilita compreender melhor como os sujeitos surdos estão sendo conduzidos nos processos de normalização. Ao lermos e relermos os documentos e deles extrairmos aquilo que nos “saltou aos olhos” a partir da posição de sujeito que ocupamos no mundo³⁸, foi possível construir três grupos discursivos, apresentados na forma de perguntas e desenvolvidos a seguir.

Cumprindo legalmente?

Nesta unidade, apresentamos alguns discursos legais presentes nos documentos e colocados em circulação para fazer funcionar as políticas de governo para a inclusão escolar, a acessibilidade e os direitos humanos.

O Estado conduz a vida dos sujeitos surdos com base na compreensão dos direitos humanos. Nesse sentido, lemos que:

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), promulgada com status de emenda constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, trata de princípios, de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, dispondo que a não existência de acessibilidade significa discriminação. Seu propósito é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade. (DocOr, p. 3)

[...] Com base nesse documento internacional, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar que os estudantes com deficiência auditiva exerçam seu direito à comunicação, à liberdade de expressão e opinião e ao direito de receber e compartilhar informações e ideias. (DocOr, p. 4)

³⁷ Fazer agrupamentos temáticos não significa entender que as unidades são fixas e passíveis de uma única interpretação. Muitos enunciados estão entrelaçados, mostrando a existência de uma interdiscursividade.

³⁸ A primeira autora do texto é surda, usuária e professora de Libras. A segunda é ouvinte, professora e pesquisadora na área da educação de surdos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelo Decreto Executivo nº 6949/2009, em seu art. 24, afirma o compromisso dos Estados Partes com a efetivação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e orienta para que sejam adotadas as medidas de apoio necessárias ao atendimento das especificidades individuais dos estudantes, a fim de alcançar a meta de inclusão plena.

O art. 9º da Convenção estabelece o direito das pessoas com deficiência de viverem com autonomia e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação.

O Decreto nº 5296/2004 garante ao estudante com deficiência auditiva o direito à acessibilidade nas comunicações e informações, devendo ser eliminado qualquer obstáculo à expressão, comunicação e informação por meio da disponibilização de recursos de tecnologia assistiva. (NT28, p. 1)

Por esses enunciados, é possível entender que o Sistema FM se expandiu no país por meio do poder público, em cumprimento à lei para a promoção da acessibilidade e inclusão de todas as pessoas com deficiência em diferentes espaços. Quanto à Libras, a legislação³⁹ garante o seu uso na educação como direito, mas ainda falta o seu reconhecimento no momento dos diagnósticos médicos e encaminhamentos pelos profissionais da saúde, os quais acabam interferindo nas práticas escolares.

Além do Decreto 5296/2004 mencionado, que trata sobre estudantes com deficiência, os professores do AEE passam a ter as seguintes atribuições, apresentadas no Documento Orientador para o uso do Sistema FM:

A Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, em seu Art. 13, define que são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multi-

³⁹A Lei nº 10.436 considera essa língua como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil” (BRASIL, 2002, art. 1º, parágrafo único).

funcionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

(DocOr, p. 4)

Vemos que o professor do AEE opera a normalização dos alunos por meio de uma técnica disciplinar, que é a vigilância; o professor conhece as características dos alunos e faz o atendimento complementar para superar as dificuldades. O professor tem a responsabilidade de fazer aliança com outros professores e demais profissionais da escola, família e hospital no que se refere ao manejo dos recursos tecnológicos e assistivos, pois o Sistema de FM pode ser usado também fora da sala de aula.

No investimento que o Estado vem elaborando na população, é necessário eliminar todas as possíveis barreiras, entre elas, as do processo de ensino e aprendizagem. Pela perspectiva da política governamental, o sistema FM torna-se mais um recurso que visa a diminuir algum possível risco da exclusão do aluno surdo do sistema regular de ensino. O grande promotor da participação do aluno surdo é o professor, que deverá estar munido das ferramentas necessárias à participação do aluno surdo junto aos demais alunos ouvintes. O professor deve, ainda, receber formação continuada, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como se mostra a seguir:

Com base em tais princípios, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – MEC/2008, objetivando a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, define como estratégias para garantia do acesso, participação e aprendizagem, dos estudantes público alvo da Educação Especial, a formação continuada de professores; a oferta do atendimento educacional especializado; a garantia das condições de acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos mobiliários, materiais didáticos e nos transportes; articulação intersetorial entre as políticas públicas; diálogo com a família e possibilidade de aprender ao longo de toda vida. (NT28, p.1 e 2)

No incremento de políticas em prol da participação efetiva de todos, é necessário que a articulação se estabeleça em todos os setores, desde a família e as instituições até as políticas públicas. É pela articulação entre os mais variados setores da população que se podem conceber e produzir melhores condições de participação para todos.

A formação dos docentes para o AEE é uma das estratégias inclusivas, pois convoca os professores a efetivarem mudanças na escola comum, remodelando suas práticas a fim de oferecer as condições necessárias para que os direitos de aprendizagem dos alunos sejam garantidos. Quanto ao número de estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva, é informado que:

De acordo com dados do Censo Escolar MEC/INEP/2011, existem 36.772 matrículas de estudantes com deficiência auditiva, sendo que 31.190, ou seja, 85%, estão matriculados em classes comuns do ensino regular.

Uma parcela desses estudantes utiliza próteses auditivas, aparelho de amplificação sonora individual – AASI ou implante coclear – IC, que facilitam o processo de aquisição da língua oral, que pode ser beneficiado pelo uso de sistema de FM, com efeitos adicionais sobre a qualidade da audição.

Para buscar atender aos direitos das pessoas com deficiência, o governo federal lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, por meio do Decreto 7.612. O excerto a seguir consta no Relatório do Ministério da Saúde para demonstrar a importância da implementação do Sistema de FM.

Vivenciamos atualmente um novo momento histórico com a implantação do programa “Viver sem Limites” (2011), organizado em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade da pessoa com deficiência, no qual prevê a ampliação do direito à educação, a ampliação das ações de prevenção aos deficientes, a implantação de Centros de Referências para oferecer apoio às pessoas com deficiência em situação de risco e disponibiliza ações conjuntas entre União, Estado e Município. (Rel MS, p. 4)

Consideramos esse programa como estratégia biopolítica, pois tem como objetivos maximizar a colocação de todos os sujeitos na escola, minimizar os riscos do analfabetismo, prevenir os riscos da deficiência, quebrar qualquer tipo de barreiras, etc.

Nesse sentido, o Relatório do Ministério da Saúde diz:

Compreendendo que o sistema educacional inclusivo (Decreto Lei no 3.298, de 20 de dezembro de 1999) deva proporcionar oportunidades que atendam às necessidades educacionais e sociais especiais e particulares de uma ampla variedade de pessoas; considerando a grande heterogeneidade do aluno com deficiência auditiva; considerando que sala de aula costuma ser lugar muito ruidoso tornando difícil para qualquer estudante ouvir e entender o conteúdo que o professor está passando, garantir a acessibilidade auditiva, ou seja, a audibilidade do que é ensinado em sala de aula, é de fundamental importância para uma inclusão social mais igualitária. (Rel MS, p. 7)

Para o sistema educacional ser reconhecido como inclusivo, é necessário proporcionar aos estudantes um aprendizado de qualidade, o que, segundo esse discurso, pode ser viabilizado com a implementação do Sistema de FM. Normalmente, a sala de aula costuma ser lugar muito ruidoso se o professor deixar. Esse enunciado mais uma vez, serve como retórica para convencer a urgência da implantação do sistema FM pelo SUS.

Liberdade de escolha?

Nesta seção, mostramos os discursos que subjetivam e conduzem os pais, familiares e professores para a colocação do IC, assim como para a implantação e manutenção do Sistema de FM. É possível perceber nesses discursos que os sujeitos, ainda que nem todos, têm à sua frente um leque de opções, mas são seduzidos e direcionados a escolher de acordo com as verdades assumidas pelas políticas de governo.

Nas primeiras páginas do Manual sobre o IC, lemos explicações técnicas sobre o IC, além de argumentos sobre as vantagens de se fazer a cirurgia, como nos excertos a seguir:

O implante oferece ao usuário capacidades auditivas importantes e melhora da comunicação. Um implante coclear é um tratamento seguro, confiável e eficaz para a perda severa ou profunda da audição em adultos e para perdas profundas nas crianças. (Manual IC, p. 5)

Cada usuário de implante tem suas próprias necessidades de audição. Ninguém pode saber, até que o implante for feito, quais estratégias lhe fornecerão a melhor audição. Assim, Nucleus 24 fornece uma variedade de escolha de estratégias de codificação de fala com uma grande flexibilidade para suas necessidades, já que cada estratégia fornece uma estimulação de eletrodos de maneira diferente. (Manual IC, p. 14)

Depois de apresentar o IC, os pais são encorajados a fazerem uma experiência sem terem certeza do resultado. Como o SUS oferece o IC, cabe aos pais e/ou familiares desfrutar desse benefício oferecendo a “cura” para as crianças. Em que momento a criança deve ser implantada? Excertos a seguir tratam da questão da urgência.

Devo obter implante agora?

Em geral, quanto menos tempo você ou seu filho/a estiverem privados de som, maiores serão as possibilidades de êxito. Nas crianças, a demora da implantação do aparelho poderá significar que ela perca um importante período da vida, quando o cérebro é mais receptivo à aprendizagem linguística.

O sistema de implantes coclear Nucleus 24 é uma opção médica comprovada que poderá ajudar a pessoa a se comunicar melhor, interagir com outras pessoas e aproveitar oportunidades educacionais, laborais e sociais que de outra forma poderiam se perder. O usuário do sistema de implante Nucleus poderá experimentar os benefícios do implante agora e desfrutar os avanços tecnológicos sempre que lhes acontecerem. (Manual IC, p. 34)

As pesquisas demonstram que algumas crianças com perda profunda e precoce da audição alcançam um benefício significativo com o sistema Nucleus, desde que implantadas cedo. Em geral, estas crianças foram inscritas em programas educacionais de reabilitação que insistem no uso da audição para a comunicação e a aprendizagem. Seus familiares também participam em sessões que dão muita importância à audição.

[...] A motivação e dedicação do usuário e de seus familiares e amigos é importante. A dedicação inclui o uso permanente do sistema de implante, o compromisso de comparecer aos retornos e, para as crianças, o uso das estratégias de reabilitação/educacionais para desenvolver habilidades auditivas em situações da vida diária.

[...] Os núcleos educacionais que dão importância ao desenvolvimento de habilidades auditivas terão um efeito positivo na evolução da fala e na linguagem das crianças. (Manual IC, p. 20)

Nesses excertos, observamos que os pais e familiares são convencidos a investir na criança o mais cedo possível para que não se tenha prejuízo na intervenção educacional e social. Também são convocados a participar de

sessões de fonoaudiologia, a vigiar as crianças, verificando o uso do implante, a comparecer nos retornos durante a reabilitação, bem como a fazer uso das estratégias aprendidas na reabilitação clínica e escolar para desenvolver habilidades auditivas em situações da vida diária. Até os programas escolares têm sido informados de que a habilidade a ser trabalhada é enfatizada apenas na audição.

Como existe a chamada comunidade surda, onde transitam pessoas usuárias da língua de sinais, esse assunto é pautado no Manual, como mostramos a seguir:

Para os pais: O que pensar quando as pessoas opinam que meu filho/a deve ficar surdo/a e integrar-se à comunidade dos surdos?

É importante aceitar e compreender que seu filho/a é surdo/a e que jamais terá audição normal.

Isto o ajudará a concentrar a sua atenção nas várias opções disponíveis para seu filho/a com relação aos meios de comunicação, estabelecimentos de ensino e estilo de vida social.

Existem vários meios de comunicação disponíveis, tais como a linguagem falada, linguagem de sinais e a comunicação total (comunicação verbal e sinais simultaneamente). Nós o aconselhamos a consultar pessoas que representam os diferentes pontos de vista, por exemplo, os adultos e crianças que usam os implantes cocleares Nucleus e a fala, as pessoas surdas que usam a comunicação total, as que usam a linguagem de sinais e as pessoas que se opõem aos implantes. Essas consultas o ajudarão a compreender as diferentes opiniões.

Suas respostas às seguintes perguntas também o ajudarão a tomar decisões adequadas para seu filho/a.

- Qual o método de comunicação que eu desejo usar com meu filho/a?
- Adapta-se melhor ao nosso estilo de vida e situação familiar?
- Será esse método o que dará a meu filho/a os fundamentos necessários para uma vida satisfatória e de sucesso?
- Que ambiente educacional (aulas para estudantes com deficiência da audição, escola para surdos, sala de aula de escolas regulares) se adaptará às necessidades de meu filho e qual está disponível em nossa cidade?

Baseado nessas consultas, você poderá fazer a sua escolha pessoal e com a devida fundamentação, sobre o método de comunicação mais adequado a seu filho/a. (Manual IC, p. 21)

O Manual diz que a criança surda, mesmo implantada, não terá audição normal. A empresa Cochlear, à primeira vista, parece demonstrar neutralidade, mas, sutilmente, faz com que os pais se tornem responsáveis e assumam as escolhas feitas. Primeiro, aconselha-se os pais a consultar surdos implantados ou não. Para contatar surdos sinalizantes, é necessário intérpre-

te/tradutor e localizar pessoas surdas, o que pode ocorrer apenas visitando associações, escolas, instituições surdas, etc. Já para contatar os implantados, o site da empresa Cochlear coloca à disposição contatos e vídeos de quem já fez o IC. A empresa continua conduzindo os pais para ajudá-los a tomar a decisão e elabora perguntas em que constam palavras como: *desejo, estilo de vida, situação familiar, vida satisfatória, sucesso*. Tais palavras coincidem com os sonhos e a realidade dos pais, assim como favorecem a empresa na aceitação e consumo do IC.

Interessante é quando a empresa questiona sobre a existência da escola de surdos na sua própria cidade, pois na atualidade a existência de escolas surdas é pequena em números. Por outro lado, hoje em dia, com a proposta da educação inclusiva, a língua oral é a que predomina nas escolas e turmas em que os surdos estão sendo matriculados.

Encontramos também informações mescladas com números, conduzindo os pais a fazerem parte do percentual de sucesso.

Qual a opinião dos usuários adultos?

Em estudos clínicos em adultos com surdez pós-lingual, 90% dos participantes informaram uma melhora da sua capacidade de comunicação ao usarem o implante, sem necessidade de ler os lábios. Três quartos dos participantes informaram uma capacidade de comunicação mais efetiva durante um jantar, viajando de carro com sua família e ao pedirem a comida no restaurante. Além disso, embora alguns poucos usuários desfrutem a música antes do implante, a maioria informou que, com o sistema Nucleus 24, haviam restabelecido a sua capacidade de escutar e desfrutar música. Em termos de satisfação geral, a maioria dos participantes considera que a qualidade de suas vidas melhorou com o implante Nucleus. (Manual IC, p. 18)

Embora nenhum implante coclear tenha a capacidade de restaurar a audição normal, os ensaios clínicos em adultos usuários do implante conseguiram um reconhecimento de sentenças de 80% ou mais ainda, duas semanas depois da estimulação inicial. Quase todos os usuários adultos do implante, após três meses, mostraram melhoras importantes no reconhecimento de palavras e frases tanto em silêncio como no ruído, comparando-se à sua capacidade com aparelhos auditivos. Três meses depois do implante, aproximadamente metade dos usuários mostraram reconhecimento de palavras em frases de 70% ao telefone. Se considerarmos que o desenvolvimento com um implante mostra melhoras com o tempo, estes altos níveis de compreensão de fala pouco tempo depois do implante significam resultados promissores para o futuro. (Manual IC, p. 19)

Não constam estudos com surdez pré-lingual, e nenhum resultado pode ser generalizado. Os pais, desconhecendo os termos médicos, acabam sendo seduzidos em termos retóricos. Os enunciados fazem crer que o IC dá o poder de compra, o benefício de consumir, de estar no meio social, de ir

mais longe. O imediatismo também entra mostrando os rápidos resultados: 80% em apenas duas semanas, junto com a promessa de melhorias progressivas. Nota-se também que há uma interdiscursividade que associa o discurso científico ao discurso comercial e de propaganda, por exemplo. Os discursos científicos são também hibridizados, pois o material apresenta informações organizadas a partir do fabricante do artefato e de especialistas do campo médico. Há um “jogo” entre empresa, hospital e família.

O material produz no sujeito o desejo de possuir audição, como podemos ver também a seguir, com os enunciados que tratam de questões emocionais e de segurança:

Que qualidade de audição tem alcançado outras pessoas depois de receber um implante coclear?

Depois de vários anos, milhares de usuários de implantes referem como pode ser agradável ouvir sons, tais como a fala de um bebê e o barulho das folhas. Eles se sentem mais seguros por serem capazes de detectar o som de uma sirene e o assobio de um alarme contra fogo. A sua vida é mais fácil a partir do momento que reconhecem o apito do forno de micro-ondas e o zumbido da secadora da roupa. Eles definitivamente escutam. (Manual IC, p. 18).

O excerto abaixo foi extraído do *Documento Orientador do Projeto Uso de Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva*⁴⁰, que foi o ponto inicial para a implantação do sistema FM como ferramenta de acessibilidade em escolas públicas para alunos com deficiência auditiva, usuários de próteses auditivas.

O Projeto visa definir os critérios de indicação, a avaliação do benefício e proposta de formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como multiplicadores deste conhecimento.

Poderão integrar o projeto, escolas públicas com salas de recursos multifuncionais implantadas e com matrículas de estudantes com deficiência auditiva, usuários de aparelho de amplificação sonora ou com implante coclear, que estejam nos anos iniciais do ensino fundamental (DocOr, p. 3).

Verifica-se que as escolas que têm estudantes com deficiência auditiva são capturadas para entrar no projeto, a fim de promover a formação continuada.

⁴⁰ Elaborado em parceria entre MEC, SECADI e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) em maio do ano de 2012.

ada dos professores, multiplicando os conhecimentos desses sobre as questões que envolvem o FM e assim difundindo o projeto. Porém, “há um paradoxo quando se fala sobre a surdez” (LOPES; THOMA, 2014), pois o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, definindo:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se *pessoa surda* aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se *deficiência auditiva* a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005). (Grifos nossos)

O Decreto reconhece que os surdos, além de terem deficiência auditiva, usam a língua de sinais como forma de comunicação, mas, para fins de definir melhor a quem o Decreto se destina, classifica os sujeitos a partir de graus de perda de audição.

No que se refere a alunos que estejam nos anos iniciais do ensino fundamental, o investimento deve dar-se o mais cedo possível para que eles não tenham nenhum prejuízo se comparados aos ouvintes. Ou seja, lemos com clareza o investimento na produção de sujeitos aptos à competição. Sobre os investimentos iniciais, o projeto objetiva começar pela formação dos professores e implantação dos recursos, como mostra o objetivo a seguir:

Promover a formação continuada de professores do atendimento educacional especializado e gestores das escolas públicas envolvidas no projeto, sobre o uso de recursos tecnológicos, em especial do sistema de FM, que favoreça o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência auditiva;
Disponibilizar às escolas envolvidas no projeto, o conjunto de recursos necessários à implementação da pesquisa. (DocOr, p.5).

Pelo aumento do número de matrículas de alunos surdos nas escolas comuns, tornam-se necessários estudos, ou seja, o “teste piloto”, a formação de professores para atuarem com “sujeitos especiais”, utilizando-se não só de recursos pedagógicos, mas de recursos tecnológicos, o que constitui um serviço que faz parte da escola. Essa formação faz com que os professores sejam responsáveis pelo andamento do projeto da escola inclusiva.

Os discursos que compõem o material de formação para os docentes podem instituir-lhes modos de agir e, com isso, produzem o professor do AEE. Os professores do AEE são conduzidos pela política neoliberal com discursos ligados às estratégias de normalização dos alunos surdos, como, por exemplo, desenvolver práticas para um bom aprendizado dos alunos com autonomia. Em outras palavras, a escola inclusiva pode ser pensada como um dispositivo biopolítico de controle ou como o resultado de uma prática neoliberal que opera na condução dos sujeitos em si e em relação a outros, operando com gerenciamento de riscos, a fim de promover a participação permanente na escola e na sociedade inclusiva. A formação de professores para o AEE é uma das estratégias desse dispositivo para conduzir as condutas docentes e normalizar os alunos surdos.

Por sua vez, as escolas indicaram os estudantes, de acordo com os seguintes critérios: (1) ser usuário de AASI e/ou IC compatível com Sistema de FM e em boas condições de funcionamento; (2) Não possuir Sistema de FM; (3) Reconhecer palavras auditivamente; (4) Ter domínio da linguagem oral ou estar em fase de desenvolvimento; (5) cursar o 1º, 2º ou 3º anos do Ensino Fundamental.

O projeto envolveu: 106 escolas da rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal, contemplando as cinco regiões do País; 202 crianças com deficiência auditiva e 99 professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE. (NT28, p. 2)

Não encontramos maiores informações e/ou detalhes sobre as escolas e alunos participantes, e a Nota Técnica apresentou o resultado da pesquisa como sendo uma comprovação da eficácia do uso do Sistema de FM, como mencionado a seguir:

A pesquisa comprovou a eficácia do uso do Sistema de FM por estudantes usuários de AASI e IC, para a promoção de acessibilidade no contexto escolar, ampliando as condições de comunicação e a interação entre os estudantes e os professores. O uso do Sistema de FM agrega uma melhora na comunicação entre os estudantes que o utilizam e os demais estudantes, professores e pais, pois, ao melhorar sua interação/comunicação oral, estes desenvolvem mais rapidamente as competências sociais, resultando em exposição maior à língua oral. (NT28, p. 3).

Nas demandas contemporâneas, cada sujeito é convocado a promover em si condições adequadas à sua participação: tanto o aluno surdo deve utilizar as próteses, quanto aos professores cabe a busca pela formação e aplicabilidade dos recursos.

Nos próximos excertos, apresentamos discursos que, no nosso entendimento, capturam os sujeitos nessa rede discursiva. Acreditamos que os professores não têm como fugir da formação para o AEE, em que as escolas são selecionadas por terem alunos surdos e, assim, os professores são capturados para aprender a gerir a vida dos sujeitos que utilizam próteses auditivas, incitando-os aos processos de normalização.

Formação dos professores do atendimento educacional especializado sobre o uso pedagógico do Sistema de FM, visando à identificação dos potenciais estudantes usuários do Sistema de FM, no contexto escolar, a partir dos seguintes critérios: usuário de aparelho de amplificação sonora individual e/ou com implante coclear, com domínio da língua oral ou em fase de sua aquisição e com desempenho em avaliação de habilidades de reconhecimento de fala no silêncio. No caso de crianças em fase de aquisição da língua oral, quando não for possível a realização do IPRF⁴¹, ou a utilização de testes com palavras devido à idade, deve ser considerado o limiar de detecção de Voz (LDV) igual ou inferior a 40 (com AASI ou IC); [também deve haver] o acompanhamento dos estudantes usuários deste Sistema, bem como a orientação das famílias e professores, para sua manutenção e uso efetivo em todas as atividades escolares. (NT28, p. 3).

Considerando a relevância da ampliação dessa ação, recomenda-se articulação entre a área da educação com a área da saúde, a fim de identificar potenciais usuários desse recurso de tecnologia assistiva e viabilizar sua concessão por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Enquanto isso, sugere-se a continuidade do processo de formação continuada dos professores do atendimento educacional especializado das escolas que implementarão tal medida de apoio. (NT28, p. 4).

Formação de professores

[...] o Ministério da Educação assegura que irá promover a formação dos professores do Atendimento Educacional Especializado sobre o uso de recursos tecnológicos, que favoreça o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência auditiva (Nota Técnica do Ministério da Educação Anexa). (Rel MS, p. 12).

Observa-se que esse investimento se torna mais produtivo quando ocorre a articulação entre diferentes áreas do conhecimento: saúde e educação. A formação do professor do AEE funciona como gerenciamento dos riscos da não-aprendizagem, da falta de autonomia, etc. Então, os professores

⁴¹ Índice Percentual de Reconhecimento de Fala.

são responsáveis por superar a incapacidade por meio da formação para o AEE, que lhes dará os conhecimentos necessários para saberem atuar com sujeitos surdos, minimizando os limites causados pela surdez, o que caracteriza uma prática em conformidade com a educação inclusiva. Nesse sentido, percebemos que os surdos são capturados e tomados como objetos de poder e saber por cursos de formação de professores para operar o atendimento. Nesses cursos, o professor é orientado para a correta utilização dos recursos tecnológicos para o bom aproveitamento escolar.

O MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), atende à Nota Técnica nº 120/2012 do Ministério da Saúde, assegurando a formação dos professores. Com isso, virão novas cartilhas, novas publicações, novos casos de sucesso envolvendo a surdez e o Sistema de FM. Para ampliar a ação de incluir o Sistema de FM, pesquisar, aprimorar, o Ministério da Educação solicita a articulação do Ministério da Saúde na educação. Mais uma vez, a participação da área da saúde, desconhecendo o lado cultural dos surdos, continua presente na normalização surda.

A Nota Técnica informa também que, para subsidiar o processo de implementação do Sistema de FM na escola, é possível acessar materiais como: 1) Manual: A criança com deficiência auditiva na escola: Sistema de FM; 2) Curso *online* sobre o uso do Sistema de FM na escola, disponível em: <http://cursofm.fob.usp.br>; 3) Folheto de acesso rápido: Guia para utilização do Sistema de FM. Então, se a formação não ocorre presencialmente, os professores podem buscar novos saberes mediante alternativas, como cursos *online*, folhetos, manual. Consideramos esses artefatos como estratégias para que os conhecimentos cheguem aos professores de alguma forma, conduzindo-os aos processos de normalização.

Possibilidades de sucesso para quem?

Nesta seção, mostramos uma mescla de enunciados de propaganda, concorrência, sucesso, etc., reunidas sob a pergunta: *Possibilidades de sucesso para quem?* Esses discursos também colaboraram para a expansão dos usuários de AASI, IC e o Sistema de FM.

Para os pais

A perda severa da audição nas primeiras etapas da vida tem um forte efeito no desenvolvimento de uma criança. A incapacidade de ouvir os sons vocais elimina uma grande parte da informação necessária para o desenvolvimento da linguagem verbal e suas habilidades da fala. Em geral, quanto maior for a perda da audição, maior o atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem oral. A forma de fala da criança pode tornar-se mais difícil de entender à medida que ela cresce. Além disso, a linguagem escrita poderá ser diferente à das pessoas que ouvem, especialmente se a criança perdeu a audição antes ou durante o período no qual aprendia a falar. As habilidades acadêmicas também poderão ser prejudicadas pelo atraso no desenvolvimento linguístico. (Manual IC, p. 17).

Comumente, a linguagem é desenvolvida junto com a língua. O *input* linguístico de qualquer criança pode dar-se pela língua oral ou pela língua de sinais. O excerto acima mostra a invisibilidade da língua de sinais e faz com que os pais pensem no futuro em relação à linguagem e habilidade acadêmica. Cabe lembrar que a habilidade acadêmica varia de pessoa para pessoa; hoje em dia, há surdos entrando nas faculdades, cursos de especialização, mestrado e doutorado usando a língua de sinais e a língua escrita.

Isso evidencia o poder disciplinar que age sobre o corpo individual da criança surda, levando-a a fazer o IC para evitar riscos, como os de não aprender a falar e se comunicar como a maioria ouvinte, de não aprender a ler e escrever a língua portuguesa, de tornar-se um sujeito dependente no futuro, de não ser produtiva em uma sociedade que espera a participação econômica de todos, etc.

Qual é a melhora das crianças depois dos primeiros seis meses de uso do sistema Nucleus 24?

Avanços importantes no reconhecimento de sons e na compreensão da fala, segundo a informação que deram seus pais. Depois de seis meses de uso, a maioria das crianças responderam seus nomes no silêncio e reconheceram espontaneamente sons comuns em sala de aula. Aproximadamente a metade das crianças também respondeu a seus nomes em ambiente ruidoso. Para as crianças maiores, cujas habilidades de percepção de fala puderam ser testadas, mais de um terço delas mostrou melhora importante nas quatro provas de reconhecimento de palavras de contexto aberto. A maioria das crianças com implante coclear Nucleus continua a melhorar durante anos após o implante. (Manual IC, p. 19).

Maioria das crianças, metade das crianças, mais de um terço. Traversini e Bello (2009), em sua discussão sobre números e estatísticas, dizem que a estatística é caracterizada como um saber que opera para governar a popula-

ção. Então, a estatística é usada como tecnologia de governmentação que produz verdades e molda as realidades das sociedades por meio da quantificação. Em outras palavras, o saber estatístico funciona como uma tecnologia para orientação de condutas. Produz sedutor efeito e confiabilidade, pois as porcentagens de sucesso que constam no Manual influenciam e orientam o sujeito a querer fazer parte desses números.

São apontados resultados positivos, como, por exemplo: “continua a melhorar”, mostrando que não há piora, apenas uma melhora constante. Quanto aos “reconhecimentos das sentenças em ambientes sonoros, ruidosos”, é comum não ouvirmos bem em ambientes ruidosos, e esse implante parece fazer milagre.

Trechos como “avanços importantes, como dizem os pais” buscam fazer com que estes se identifiquem e fiquem confiantes com o sucesso demonstrado por outros pais. Pais que desejam o melhor para o filho trocam experiências com outros pais, identificam-se, unem-se por uma boa causa. Rezende (2012) relata a história de duas mães de crianças implantadas que fizeram movimentos e articulações com políticos e médicos em Manaus para alertar outras mães e convencê-las a optar pela cirurgia. Dessa mobilização das mães, nasceu a obrigatoriedade do Teste de Orelhinha por parte do poder público.

No Manual, encontramos ainda outros excertos que envolvem a urgência e os pais.

Devo esperar até saber como desenvolve-se meu filho/a com um aparelho auditivo?
 Sim. Seu filho/a deve receber aparelhos auditivos logo que a perda sensorineural da audição for diagnosticada. O audiologista da equipe de implante assegurará que seu filho/a tenha a oportunidade de usar aparelhos auditivos adequados, junto a um programa intenso de reabilitação auditiva, a fim de determinar se os aparelhos lhe darão suficiente informação auditiva para o desenvolvimento da fala e a linguagem verbal. Como as habilidades da fala e da linguagem verbal desenvolvem-se mais facilmente quando a criança escuta a linguagem falada durante os primeiros anos de vida, a decisão precoce sobre o uso de um sistema Nucleus pode permitir que seu filho/a obtenha grandes vantagens no período crítico do desenvolvimento da linguagem verbal. (Manual IC, p. 21).

Para os pais:

Apoio familiar/escolar. A vontade de seu filho/a de usar o aparelho o dia inteiro, o compromisso da família de comparecer aos retornos marcados, de cuidar do sistema de implante e de ajudar a seu filho/a a transferir as habilidades auditivas para as situações da vida diária, contribuirão em grande parte para o sucesso do seu filho/a. Os terapeutas e educadores, junto com você e seu audiologista, devem proporcionar a seu filho/a os modelos auditivos e materiais adequados ao desenvolvimento das habilidades auditivas.

Os pais deverão ajudar seu filho/a a se comunicar com a equipe de implantes Nucleus. (Manual IC, p. 22).

O programa intenso de reabilitação auditiva é um tipo de poder disciplinar porque investe em processos de normalização no corpo da criança, sendo colocada uma série de regras, como, por exemplo: usar o implante o dia inteiro, frequentar várias sessões de fonoaudiologia para trabalhar com reconhecimento de sons, vocabulário, etc. e praticar somente habilidades auditivas em todos os cotidianos e situações. Nota-se que a responsabilidade pelo desenvolvimento da criança implantada é dos pais, juntamente com programas de intensa reabilitação auditiva com educadores e terapeutas. Visualizamos, ainda, o enunciado enfatizando que é necessária a vontade de a criança usar o aparelho o dia inteiro. Mas perguntamos: vontade da criança ou dos pais?

O ensino médio também se coloca como de extrema importância para a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho, visto que nesta fase, os conhecimentos adquiridos corroborarão para a escolha e consolidação da profissionalização.

Sendo assim, concluímos ser fundamental a concessão do Sistema FM para estudantes do Ensino Fundamental I e II e/ou Ensino Médio, período em que esta tecnologia assistiva contribuirá para o desenvolvimento social e intelectual, promovendo um ambiente mais propício para uma vida saudável e inclusão social. (Rel MS, p. 23 e 24).

Nesses excertos, encontramos uma justificativa biopolítica – o governo investindo na formação da pessoa com deficiência auditiva com o objetivo de incluir o sujeito no mercado de trabalho no futuro. A sequência que se acredita haver aqui é: ouvir, escutar, ter conhecimentos, ter comunicação básica, trabalhar e poder consumir. Para consumir, é preciso ter desejos, é preciso ter poder de comunicação para troca de informações.

Com o diagnóstico precoce e a inclusão de OPMs⁴² para deficiência auditiva na Tabela de procedimentos do SUS, um grande contingente de crianças com deficiência auditiva passou a ter acesso gratuito aos dispositivos sensoriais como o AASI e o IC podendo chegar à escola usufruindo desses dispositivos, favorecendo seu aprendizado no contexto escolar (DELGADO-PINHEIRO et al., 2009). (Rel MS, p. 1)

No caso da criança com deficiência auditiva, a acessibilidade à educação deve ser assegurada para um melhor aproveitamento do conteúdo escolar. O Sistema FM é considerado uma alternativa dentre outros materiais e recursos da tecnologia assistiva utilizados por alunos com deficiência auditiva, visando auxiliar a integração educativa-escolar. Para alguns autores, o Sistema FM é a mais importante e essencial ferramenta educacional já desenvolvida para os indivíduos com deficiência auditiva, pois é o meio mais efetivo para favorecer a relação sinal/ruído, principalmente em ambiente educacional (ROSS, 1992; ROSS, 2004; BLASCA; FERRARI; JACOB, 2006). (Rel MS, p.2)

No Brasil, os dispositivos sensoriais (AASI e IC) já são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e o uso do Sistema FM dinâmico seria um importante passo na acessibilidade acadêmica das crianças e/ou jovens com deficiência auditiva. (Rel MS, p. 3)

Recomenda-se que o Kit Sistema FM Pessoal seja disponibilizado para criança e/ou jovem com deficiência auditiva sensorineural de grau leve, moderado, severo e profundo e que estejam matriculados no Ensino Fundamental I ou II e/ou Ensino Médio. (Rel MS, p. 3).

O que nos instiga é a questão da aparelhagem entre professor e aluno. O professor usa o equipamento para emitir a fala, mas o aluno não poderá ouvir a fala dos colegas e interagir com eles? Como se daria a interação completa na sala de aula?

Percebemos, nos enunciados analisados, que a escola e os professores do AEE devem preocupar-se com os alunos surdos no sentido de atuar na alfabetização e letramento, produzir sujeitos surdos capazes de aprender os conteúdos escolares por intermédio da audibilidade e também mediante a leitura e escrita em Língua Portuguesa. As habilidades cognitivas e linguísticas são privilegiadas e priorizadas para que sejam superadas as dificuldades a partir de uma intervenção normalizadora. Visualizamos docentes atuando para produzir alunos autônomos, capazes de aprender por meio da audição e oralidade, caracterizando, assim, a normalização biopolítica, que busca potencializar a vida dos sujeitos, tornando-os mais produtivos.

⁴² Órteses, próteses e materiais implantáveis.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos mostrar que os discursos que constituem os documentos analisados mobilizam e conduzem os sujeitos aos processos de normalização e que esses processos de normalização produzem novos sujeitos mediante estratégias disciplinares e biopolíticas. Em outras palavras, esses discursos atuam na produção de sujeitos surdos implantados, que não são nem surdos nem ouvintes, que vivem em um espaço de fronteira. Nos processos de construção de identidades, há relações, disputas com outros discursos, outros procedimentos, outras soluções para a possibilidade da construção de identidade surda. Retomamos as palavras de Andrade (2012), para quem os discursos estão imbricados em relações de poder e é por meio dessas relações que se produzem conhecimentos e saberes que determinados grupos buscam definir como verdadeiros, normais e hegemônicos.

Os discursos presentes nos materiais analisados assumem efeito de verdade e instituem um modelo de aluno surdo como futuro cidadão, um modelo de sujeito que deve ser alcançado pelas intervenções da governamentalidade neoliberal, pois o considerado deficiente é capacitado a superar sua deficiência. Esses discursos fabricam a escola, os professores, a equipe, os alunos e a família numa racionalidade biopolítica. No entanto, é preferível pensar que o efeito de subjetivação não é garantido, definitivo, pois estamos em processo a todo o momento, e nesse processo acontecem mudanças devido a múltiplas composições, múltiplos discursos de diferentes campos de saber.

A produção do sujeito se dá por meio da linguagem, com o poder discursivo que nomeia, classifica e categoriza. A escola e a clínica são espaços que nomeiam e produzem o sujeito. Os enunciados estão imbricados em relações de poder-saber ou também inscritos em certos regimes de verdade, e essas verdades produzem sentidos e formam sujeitos de determinados tipos.

Em nossas análises, vimos que há uma invisibilidade da língua de sinais e da cultura surda nos materiais analisados e também uma responsabilização das famílias pelo sucesso ou insucesso do IC e demais próteses auditivas. O que chama a atenção é que na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência está determinado que os Estados-Partes devem facilitar o uso da língua de sinais e incentivar a cultura surda, inclusive ajudando na formação da identidade linguística da comunidade surda. Isso está previsto no Artigo 24 da Convenção, onde lemos: “b. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda”. No Artigo 30, expressa-se que:

4. As pessoas com deficiência deverão fazer jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.

Acreditamos que a educação inclusiva e/ou as subjetividades inclusivas vão produzir modos de ser surdo sem as marcas surdas – sujeitos com um jeito novo de viver a experiência da surdez. Na escola inclusiva, existem vários materiais de orientação oferecidos pelo MEC sobre como atender pessoas com surdez: por um lado, há o uso do Sistema de FM e, por outro, o uso da Libras. Então, seguimos perguntando: o que os professores e a escola farão com a educação escolarizada da criança implantada? Como será construída a identidade dessa criança?

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: CORDE, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192
- BRASIL. MEC/SEESP. *Lei 10.436* de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm
- BRASIL. MEC/SEESP. *Decreto nº 5626/05*. Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2005 [on-line]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acessado em 26 de fevereiro de 2014.
- BRASIL. *Viver sem Limite*. Plano Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência. 2011 [on-line]. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>. Acessado em 10 de Abril de 2013.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. XAVIER, Ingrid Müller. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- LOPES, Maura Corcini ; THOMA, Adriana da Silva . Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos sourd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La Nouvelle Revue de l'Adaptation et de la Scolarisation*, v. 01, p. 105-116, 2013. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-la-nouvelle-revue-de-l-adaptation-et-de-la-scolarisation-2013-4-page-105.htm>
- PONTIN, Bianca Ribeiro. *Discursos e processos de normalização dos sujeitos surdos através de próteses auditivas nas políticas de governo da atualidade*. Porto Alegre, UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

REZENDE, Patricia Luiza Ferreira. *Implante Coclear: normalização e resistência surda*. Editora CRV. Curitiba, 2012

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. *O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar*. In: Educação & Realidade. v. 34, n.2, maio/agosto 2009. p. 135-152. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267>